

SUPLEMENTO

VIVER

VIDAS E VEREDAS DA RAIA

publicação trimestral
distribuição gratuita

01 edição

agosto
'13

www.revista-viver.pt

diretor **António Realinho**



Ródão?

PORQUÊ RÓDÃO?

03

“Afinal o tal Ródão parece ser afilhado adotivo de “pais incógnitos” provenientes de terras longínquas banhadas pelas águas de um seu semelhante europeu de renome, que ainda hoje dá pelo nome de Rhone (Ródano).”

RÓDÃO. QUE FUTURO?

04

“Havendo quem seja capaz de lançar desafios de grande alcance para o futuro, fica-se com a impressão que o Município tem grande capacidade para imaginar futuros diferentes e melhores, faltando-lhe apenas o que falta ao País: consensos e organização.”

CONVERSA COM A PRESIDENTE

08

“Parece-nos que começam a gerar-se consensos sobre os objetivos enunciados pela presidente, faltando apenas maior disponibilidade de iniciativa para começar ou recomençar iniciativas latentes; é bom que existam disponibilidades para consensualizar acordos.”

ficha técnica

Diretor: António Realinho

Diretor Adjunto: Teresa Magalhães

Editor: Camilo Mortágua

Conselho Editorial: António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Rui Miguel, Clarisse Santos e Filipa Minhós

Redação: Teresa Magalhães; Rui Miguel; Clarisse Santos; Filipa Minhós

Design e Direção Gráfica: DallDesign, Lda.

Produção Gráfica (Paginação/Impressão): DallDesign, Lda.

Capa: DallDesign, Lda.

Colaboradores: Abel Cuncas, Adelino Minhós, Aida Rechená, Alberto Melo, Amândio Silva, Andreia Courela, Ana Isabel Trigo Morais, Ana Paula Fitas, Ana Vale, Aníbal de Almeida, António Canoso, António Covas, António de Abruñhosa, António Salvado, António Tavares Proença, Armindo Jacinto, Assunção Pedrosa, Calisto Tamor, Carlos Maia, Carlos Rosa, Celestino de Almeida, Domingos Santos, Élia Afonso, Elsa Ligeiro, Emílio Magro Martins, Fernando Paulouro, Fernando Raposo, Filipa Carvalho, Géraldine Lechevalier, Gérard Bravis, Gérard Peltre, Guilherme Pereira, Hélder Henriques, Inês Pedrosa, Isabel Adónis, Jaime Novais, Jaime Pires, Jean Charles Lollier, Joana Barros, Joaquim Cabral Rolo, Joaquim Alberto Simões, Joaquim Manuel da Fonseca, João Andrade Santos, João José Fernandes, João Mário Amara, João Miguel Pereira, João Ludgero, João Carlos Pinho, João Manuel Duarte, João Queiroz, Jolon, Jorge Brandão, Jorge Gaspar, Jorge Gouveia, José Almeida, José Carlos Costa Marques, José Joaquim Antunes, José Nuno Martins, José Portela, Josy Richez, Juan Manuel Gutiérrez, Lauro Moreira, Lopes Marcelo, Lorenzo Barbera, Luís Rocha, Luís Soares, Luís Valadares, Luiz Sá Pessoa, Manuel Santos Jorge, Manuel Gomes, Manuel Porto, Marco Domingues, Mário Moutinho, Maria José Martins, Maria de Lurdes Quaresma, Maria de Lurdes Santos, Maria Inês Rodrigues, Marie Noelle Hessel, Martine Theveniaut, Matilde Pedrosa, Miguel Freitas, Miguel Nascimento, Moisés Espírito Santo, Paula Gentil Santos, Paula Teixeira, Paulo Águas, Paulo Pinto, Regina Lopes, Rui Morais, Rui Veríssimo Batista, Sandra Vicente, Sílvia Vale, Soraia Barroca, Vergílio A. Pinto de Andrade, Victor Oliveira, Víctor Santiago Tabares, Vítor Caldeira.

Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC): 124952

Periodicidade: Trimestral

Tiragem: 8000 exemplares

Propriedade: ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
www.adraces.pt

Rua de Santana, 277 - 6030-230 Vila Velha de Ródão

Telef. +351-272540200 Fax. +351-272540209

Número de Identificação Fiscal (NIF): 502706759

Sede da Redação: Rua de Santana, 277 - 6030-230 Vila Velha de Ródão

Email: viver@adraces.pt

Depósito Legal: 289795/09

EDITORIAL

Pronto. A VIVER, para estabilizar o seu voo face à turbulência dos tempos presentes e não perder o contato com os seus leitores, tem de tornar-se mais leve e, contra a nossa vontade, “deitar alguma carga ao mar”.

Deste primeiro suplemento, sendo mais ligeiro, esperamos que ganhe em rapidez e pertinência o que perde em peso.

A partir de agora, procuraremos continuar a levar à vossa presença dois números por ano da revista VIVER no seu formato normal, e dois suplementos que aparecerão temporalmente intercalados entre cada número da revista.

Cada suplemento, na linha editorial da VIVER - Vidas e Veredas da Raia, será dedicado a aprofundar a identificação de pistas para o desenvolvimento territorial de cada Município da Beira Baixa a partir da sua situação atual.

A equipa redatorial, entusiasmada com os contatos e a colaboração que espera vir a ter de todos os protagonistas do VIVER de cada Município, desde já agradece a todos a cooperação que nos possa ser dispensada.

O Diretor

António Realinho

conteúdos

- 02 Editorial
- 03 Porquê Ródão?
- 04 Vila Velha de Ródão - Que futuro?
- 06 Vila Velha, a das Portas de Ródão: Da conversa com a Presidente da Câmara
- 07 Pensar Vila Velha/Outras Abordagens - Por um Novo Ordenamento do Território Municipal
- 08 Com Luís Coutinho - Na Herdade da Tojeira
- 09 Com o Diretor - Na Celtejo
- 10 Com a Direção - Na Rodoliv
- 11 Com Carlos e Fátima Lourenço - Queijaria Lourenço & Filhos
- 12 Com o Administrador - Na AMS Goma Camps
- 14 Com Nuno Coelho - Na Incentivos Outdoor
- 15 Beira Baixa - Uma Marca Forte
- 16 Centro de Informação Europe Direct Beira Interior Sul - Viver Europa
- 18 Lá dos “píncaros” de Oleiros... Chega-nos uma nova e enriquecedora colaboração
- 19 Dito e lido na VIVER
- 20 A Lenda dos Cornos do Rei Wamba



PORQUÊ RÓDÃO?

Quem era, quem foi, o que era, coisa ou pessoa, que mandava nestas portas ditas do Ródão? Quem era ou o que era o Ródão? Era pessoa, rio, montanha, feito histórico, lenda? Perguntámos, perguntámos e surpresa... ninguém sabia dizer-nos porquê Ródão.

Finalmente, lembrámo-nos de perguntar a quem estuda estas coisas e, finalmente, talvez tenhamos chegado à descoberta do famoso desconhecido Ródão. Como sempre, a realidade é muito mais simples do que o imaginado! Afinal o tal Ródão parece ser afilhado adotivo de “pais incógnitos” provenientes de terras longínquas banhadas pelas águas de um seu semelhante europeu de renome, que ainda hoje dá pelo nome de Rhone (Ródano).

Para compreenderem tal apadrinhamento ou batismo, aconselho-vos a fazer o mesmo que eu... ler atentamente um texto, editado pela Associação de Estudos do Alto Tejo, intitulado - “Occitejano, sobre a origem occitana do subdialecto do alto Tejo português” ou

- *occitejano, about the occitan origin of the portuguese subdialect of upper Tagus* (www.altotejo.org/acaafa/acaafa_n5.html).

Lá se diz que o batismo da Velha Vila data de 1296, ano em que recebeu foral; antes disso parece ter-se chamado Açafa. 83 anos antes, a Vila Franca das Cardosas tinha passado a chamar-se Castelo Branco. Já nessa época, eram os desentendimentos e conflitos entre os Senhores, que obrigavam os servos a refugiar-se longe das suas terras de nascença para poderem sobreviver. Como neste caso, ao trazer gente de Montauban, Albi, Toulouse, Nice, etc., para as nossas atuais Montalvão, Tolosa, Nisa e terras albicastrenses.

Mais de 700 anos depois, embora de outra maneira, também os de Ródão andarão a dar outros nomes às margens do Zambeze ou do Limpopo, do Amazonas ou do Orinoco. ■

C.M.

An aerial photograph of a valley. In the foreground, a paved road curves along a green hillside. A railway track runs parallel to the road. A large bridge with multiple concrete piers spans across a wide river. The background shows rolling hills with sparse vegetation and some buildings in the distance.

VILA VELHA DE RÓDÃO

QUE FUTURO?

UM LOCAL DE DESENVOLVIMENTO É AQUELE ONDE AS PESSOAS
QUE NELE VIVEM SÃO CAPAZES DE SE METER DE ACORDO
SOBRE OBJECTIVOS COMUNS.

“DOS PRINCÍPIOS GERAIS
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL”

SEM DIÁLOGO NÃO PODE HAVER CONSENSO.

Não foi surpresa. Cada empresário ou gestor de uma atividade ou instituição com peso económico, social ou político na economia e nível de vida do seu Município, tanto no setor privado como público, está convencido de ser ele quem melhor sabe o que se devia fazer para garantir o progresso da sua terra.

I - NA CÂMARA MUNICIPAL

Ouvimos uma mulher apaixonada pelo seu trabalho, dinâmica e sensível aos problemas sociais dos seus munícipes, empenhedora e (assim pareceu) convictamente convencida de que entre a fileira da pasta de celulose e a fileira do turismo e do incremento das atividades culturais não há, nem haverá, contradição. Vila Velha vai crescer e desenvolver-se apostando simultaneamente neste tripé: indústria-turismo-cultura. De certa maneira, a indústria, ou melhor, as indústrias (produção de pasta, transformação, energia da biomassa, transformação agro-alimentar, etc.), embora com importâncias desiguais entre elas, terão de saber conviver e produzir da melhor maneira possível, para não prejudicar as outras atividades.

Apesar de estar em fim de mandato, a atual Presidente da Câmara está totalmente confiante no correto aproveitamento futuro do trabalho feito e nos benéficos efeitos que daí decorrerão para o Município.

II - NA CELTEJO

A maior e mais importante empresa do Município, a Celtejo, também aquela que mais pode determinar a sua evolução, tem como principal responsável executivo um não menos apaixonado e dinâmico personagem. O seu diretor defende e valoriza a “sua dama” com tal energia, convicção e competência técnica, que quase anula por completo qualquer observação menos concordante.

Em seu favor, sustenta que a “sua” fábrica produz o mais limpo dos produtos similares do mundo inteiro, razão pela qual os países do norte da Europa, por todos conhecidos como os mais exigentes, ecologicamente falando, só consomem a pasta que se fabrica em Vila Velha de Ródão e são grandes apreciadores dos produtos locais, produtos que a Celtejo divulga intensamente por todos os seus clientes e em todas as ocasiões.

Apesar de tudo, reconhece que seria útil organizar encontros e convívios entre empresários locais, de onde poderiam nascer ideias de ações complementares de entreatada, que permitissem internacionalizar mais facilmente as emergentes iniciativas dos empresários locais de diferentes áreas. Ideia para a qual a Celtejo está plenamente aberta, se para tal for solicitada pelo poder autárquico local.

Para este responsável, a presença da Celtejo em Vila Velha apresenta um saldo altamente positivo, que está e continuará a ser constantemente melhorado, pela redução dos efeitos menos agradáveis resultantes da natureza da sua produção, - tendo sempre em consideração que todas as atividades humanas têm cheiro e que os cheiros, em si mesmo, não são elementos poluentes, são apenas cheiros.

Com convicção, acredita igualmente na compatibilidade e mútua ajuda entre a sua atividade e o desenvolvimento turístico.

III - NAS OUTRAS ÁREAS

Entre os empresários das fileiras agro-alimentares e do turismo, as opiniões não são tão convergentes. Há quem esteja convicto que a coexistência da indústria celulósica e do turismo no mesmo “caldeirão espacial” implica, a prazo, o definhar do turismo. Sobretudo se a lógica do ordenamento territorial municipal continuar a ser a de tudo concentrar nas proximidades do complexo da Celtejo, na vila, e, portanto, ignorando muitos outros locais e espaços de excelente potencial para o turismo existentes no Município.

Progressos substanciais têm sido alcançados nas fileiras do queijo e do azeite. Já se atingem mercados longínquos como os do Brasil, E.U.A, Canadá, África, etc., mas, para ir mais longe e com mais força, faz falta outra capacidade organizativa, outra conjugação de esforços entre empresários. Faz falta “O clube dos empresários do Ródão”.

Nisto parece haver consenso, só falta tomar a iniciativa e começar a juntar forças.

É certo que também há quem acredite, tomando por base o caminho já percorrido, que, com mais e melhor organização, é possível progredir a partir das coisas como estão.

O importante, parece-nos, é que ninguém se manifestou fechado à necessidade de ouvir os outros.

Havendo quem seja capaz de lançar desafios de grande alcance para o futuro, sejam eles ou não grandes utopias (as utopias só existem enquanto as ideias não se concretizam), fica-se com a impressão que o Município tem grande capacidade para imaginar futuros diferentes e melhores, faltando-lhe apenas o que falta ao País: consensos e organização.

Para uns, o mais importante é concretizar uma ligação rodoviária direta com Espanha; para outros, é o sonho de voltar a fazer de Vila Velha de Ródão o principal porto do Tejo, tornando o Rio navegável até Lisboa. Para outros ainda, é recolocar a capital do Município fora do “Caldeirão da Celtejo”. Como diz o poeta: O SONHO COMANDA A VIDA!

Para que melhor se perceba o pensamento e motivações de uns e de outros, aqui vos deixamos os excertos possíveis de algumas conversas tidas. ■

VILA VELHA, A DAS PORTAS DE RÓDÃO:

DA CONVERSA COM A PRESIDENTE DA CÂMARA



*“Água mole em pedra dura...
Tanto bate até que fura!”*

O Tejo, impetuoso e persistente, tanto bateu na rocha dura, que esta abriu-lhe as portas libertando as suas águas para o ingrato destino de separar as terras de aquém e de além.

Ele, e para a gloriosa missão de espalhar fertilidade e vida à sua passagem, qual veia mestra deste corpo que é Portugal, acabando por servir de moldura e espelho à beleza da sua capital.

A esta terra, primeiro porto do Tejo, o caudaloso Rio (a A23 de outrora por onde navegavam mercadorias e pessoas), tudo deu. A espetacularidade da paisagem e a atração para a implantação de algumas das mais competitivas indústrias do país.

O Rio foi e continuará a ser, para o bem e para o menos bem, a força determinante dos destinos desta terra e de suas gentes. Para ousar domar esta força, colocando-a harmoniosamente ao serviço do bem-estar das populações residentes e do desenvolvimento da economia do país, é necessário que outra força, ainda que humana, mas de igual ténpera e potência, se lhe oponha.

Quando nos aproximamos da atual presidente da Câmara para saber da sua opinião sobre a situação do Município, tivemos a sensação de estar frente a uma força como essa. Qual torrente imparável impulsionada por convicção profunda e uma espécie de determinismo surdo a tudo o que possa parecer dispersão dos grandes objetivos. Esta mulher parece possuir energia capaz de abrir novas portas “ao Ródão” se tal for necessário!

Os seus grandes objetivos, a sua “guerra”, têm sido e continuarão a ser, segundo afirma:

- Fazer com que indústrias e turismo convirjam para o mesmo modelo de desenvolvimento do território, praticando maior e melhor coordenação e solidariedade entre os diferentes setores empresariais.
- Atrair e fixar pessoas no município, proporcionando estímulos e apoio social para obtenção de melhores índices de natalidade e de densidade populacional.
- Continuar a garantir um dos mais baixos níveis de desemprego do país, na prática, uma situação de pleno emprego, que transborda positivamente em favor dos municípios vizinhos.

- Continuar a pugnar, até à sua total eliminação, pelo desaparecimento dos fatores negativos de carácter ambiental.
- Manter o nível de vida das populações do município como um dos mais elevados do país.

Pelo que nos foi dado ouvir de outros protagonistas responsáveis por alguns dos empreendimentos mais representativos das atividades económicas do município, parece-nos que começam a gerar-se consensos sobre os objetivos enunciados pela presidente, faltando apenas maior disponibilidade de iniciativas para começar ou recomençar iniciativas latentes; é bom que existam disponibilidades para consensualizar acordos, é positiva a existência de acordos tácitos, mas isso não chega... é necessário operacionalizá-los!

Embora em tempos de fim de mandato, esta presidente manifesta-se plenamente confiante na continuidade do trabalho por si iniciado, convicta de ter contribuído para que as suas “TERRAS DE OIRO” venham a ser muito mais do que um slogan, uma dinâmica realidade. ■

C. Mortágua



PENSAR VILA VELHA / OUTRAS ABORDAGENS:

POR UM NOVO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

“Sim, o Tejo, a água, são coisas muito importantes; mas também nos podem afogar!” Foi assim que um ancião de nome João (João da Pinga, como lhe chamam) começou o seu “inflamado” discurso para justificar o seu desacordo contra o que diz ser “o estado das coisas”:

- Olhe, ponha lá isso. Nunca ouviu dizer que não se devem por os ovos todos no mesmo cesto? Pois aqui o que fazemos é isso. Pomos tudo que temos neste cesto fundo... sem necessidade! Atão não acha? O Concelho tem pra’í muitos lugares para os turistas verem e saborearem onde não chegam os maus cheiros... porquê querer colocar aqui nesta cova funda todas essas coisas culturais e artísticas? Cada coisa no seu lugar... cá pra mim... Vila Velha é a sede do Concelho, mas não tem de ser o nosso Terreiro do Paço!

O Tejo abriu as portas para o Ródão

(será RHONE?) passar a caminho do oceano. Por essas portas e por essa estrada d’água vieram primeiro as indústrias. Vieram e, por necessidade, instalaram-se à beira da água. Como chegaram primeiro e dão trabalho, têm todo o direito de preferência.

Agora é preciso que venham os turistas, mas para que venham e voltem, temos de arranjar outras soluções... Olhe, se calhar, como diz o meu neto, é preciso juntar os teleféricos às Portas. É preciso libertar-nos do Pai-Tejo e saltar por cima das Portas do Ródão para valorizar muito mais as Portas e as paisagens do Co-brão, do Ocreza, do Ponsul e de todos os outros que também são nossos e não cheiram desagradavelmente.

A própria Vila tem tudo a ganhar com o desenvolvimento harmonioso de todo o Concelho, as próprias indústrias transformadoras da área alimentar podem retirar vantagens numa localização menos

concentrada. Sabe... errar é humano, dizem isso e eu concordo, mas insistir nos erros é comodismo ou burrice.

Assim falou o João Pinga; disse muito mais. Quando partimos, ainda continuava com a sua. Não de maneira tão direta, em outros momentos e a outras pessoas, ouvimos referências ao mesmo assunto, razão suficiente para fazer menção desta abordagem possivelmente pouco consensual.

O Desenvolvimento Local, ou outro qualquer, depende da capacidade de projetar o futuro a partir da análise do passado e do presente.

Para que Vila Velha de Ródão sobreviva às mutações dos tempos e à erosão das tradições, é indispensável manter viva e atuante a capacidade de projetar futuros se possível melhores. ■

C.M.



COM LUÍS COUTINHO

NA HERDADE DA TOJEIRA

Vemos que, passados alguns anos da primeira entrevista para a VIVER, se mantem a aposta na agricultura biológica.

Sim, é a forma mais correta de agricultar. Desde 1994 que fiz a conversão para o biológico. Fomos pioneiros na região e dos primeiros no país. Em 2000, iniciámos o embalamento dos produtos. Fazemos azeite nesta herdade há mais de 100 anos, já no tempo do meu bisavô, e eu sempre tentei preservar este espaço para que funcionasse de forma o mais semelhante possível ao passado, mantendo um olival tradicional, mantendo um rebanho de ovelhas com conversão gradual à raça Merino da Beira Baixa, recuperando o património construído com respeito pela traça arquitetónica... A aposta tem sido sempre fazer devagar, de forma sustentada. Percebi cedo que não pretendia uma produção em massa, com intuito de fazer dinheiro, antes encarei isto como missão: ter apenas o suficiente para melhorar e dar bem-estar e qualidade às pessoas que estão em nossa volta. Nos últimos anos, dediquei-me igualmente ao paté de azeitona, que teve uma boa aceitação no mercado.

Por um lado, temos uma Câmara com uma série de iniciativas culturais, turísticas... Por outro, esta vila continua a cheirar mal. Entre a fileira do turismo ambiental e turismo cultural e a fileira industrial há nitidamente um choque. É possível manter as duas estratégias simultaneamente?

É um problema muito importante, sobretudo para a freguesia de Vila Velha de Ródão, que é a que apanha mais com o cheiro e com um ar de má qualidade. Agora, nós não podemos acabar com as indústrias, que tanto têm contribuído para a sustentabilidade do concelho... Temos é de tentar conciliar a melhor maneira e, de uma vez por todas, acabar com os investimentos que não acautelam essa situação. Como diz o Ministério do Ambiente, o nível de cheiro não é mensurável e, portanto, não dá multa.

Isto é dramático, porque as empresas podem livremente continuar a emitir maus cheiros sem que sejam punidas por isso. Com o avanço incrível da tecnologia, será que ainda não foi inventada uma solução para minimizar o mau cheiro? E estamos nós dentro de um geoparque... Há toda uma aposta do concelho em turismo de natureza e as pessoas que visitam Vila Velha de Ródão são presenteadas com cheiros nauseabundos provenientes das indústrias. Não combina bem e alguma coisa os especialistas terão de fazer.

Porque é que este problema não há-de ser discutido por todas as partes afetadas e envolvidas? Parece-me que há uma falta de ligação e de diálogo entre os diferentes pivôs do concelho...

Claro que não se perde nada em conversarmos uns com os outros. Penso que seria uma boa iniciativa da revista VIVER organizando essas conversas, moderadas pelo editor, Camilo Mortágua.

O que diz acerca de melhorar e potenciar as oportunidades do concelho quer do ponto de vista da sua imagem, quer do ponto de vista da sua penetração em mercados mais longínquos?

Eu acho que o concelho nos últimos anos tem melhorado em termos de imagem, sobretudo a vila, que é a capital do concelho, e que acaba por se arrastar a todas as restantes localidades. Houve um maior cuidado no seu aspeto, aparência visual. A reabilitação da zona do cais ficou simpática, mantermos a estação de caminho-de-ferro também foi importante, a sinalética melhorou... lentamente, a imagem está a ser bastante melhorada. No entanto, continuamos a braços com o problema que todo o Interior enfrenta: o despovoamento. Não há emprego, não há pessoas.

Mas muito se diz que não há desemprego neste concelho...

Sim, e até há uns anos tínhamos dos mais elevados índices a nível nacional no ranking de riqueza. O problema é que grande parte das pessoas que trabalha em Vila Velha de Ródão não vive em Vila Velha de Ródão. Nem foram criadas condições para que elas se fixassem por cá. E então vão para Castelo Branco, para Proença-a-Nova, para Nisa... Este problema do mau cheiro é desagradável e incompatível com o desenvolvimento turístico, sobretudo de natureza. Em relação a muitos outros, este concelho está muito bem situado, estamos servidos por uma autoestrada a poucos quilómetros, temos o intercidades com paragem na vila, há infraestruturas belíssimas e com excelente qualidade para o bem-estar e usufruto da população, mas as pessoas não se fixam. E julgo que um dos motivos seja mesmo o mau cheiro que afugenta as pessoas – turistas e potenciais residentes. Além disso, a desvalorização do setor agrícola durante décadas levou também a esta situação. O facto de não haver estímulos para a fixação de pequenas e médias empresas no interior também não ajuda. ■



COM O DIRETOR DA CELTEJO

Há “pasta”, competência e abertura para cooperar em parcerias.

Da pasta celulósica, fazem-se papéis e muitas outras coisas, todas elas dando dinheiro, dinheiro de que a Celtejo se serve para ajudar a sustentar o bom nível de vida existente em Vila Velha de Ródão.

Duma breve conversa com o jovem diretor da Celtejo, Engenheiro Carlos Coelho, constatamos que, em vontade, energia, empenho e competência, parece ser um forte pilar de sustentação da estratégia anunciada pela Presidente da Câmara para o desenvolvimento do município. Também ele está convicto que a presença da Celtejo em nada prejudica o turismo, pelo contrário, a Celtejo promove o turismo.

Dessa conversa respigamos os seguintes tópicos:

- A fábrica nunca foi tão “limpa” como hoje, e continua a investir para melhorar constantemente os seus índices de proteção ambiental. O seu sistema de controlo é dos mais avançados do mundo.



Carlos Coelho

Eu próprio, esteja onde estiver, posso acompanhar, através de rigorosos sensores, via internet, a composição do que sai das chaminés.

- Esta é uma das duas fábricas que em todo o mundo não utiliza dióxido de cloro no fabrico da pasta, daí a razão da preferência dos clientes do Norte da Europa. Clientes de países que, como é sabido, são ecologicamente dos mais exigentes. Ainda não se conseguiu eliminar completamente o cheiro característico desta atividade, mas... atenção, o cheiro não polui, todas as atividades humanas têm os seus cheiros próprios.

- Nós promovemos os produtos locais. Fazemos ofertas desses produtos a todos os nossos clientes e visitas estrangeiras, clientes que os apreciam e nos solicitam

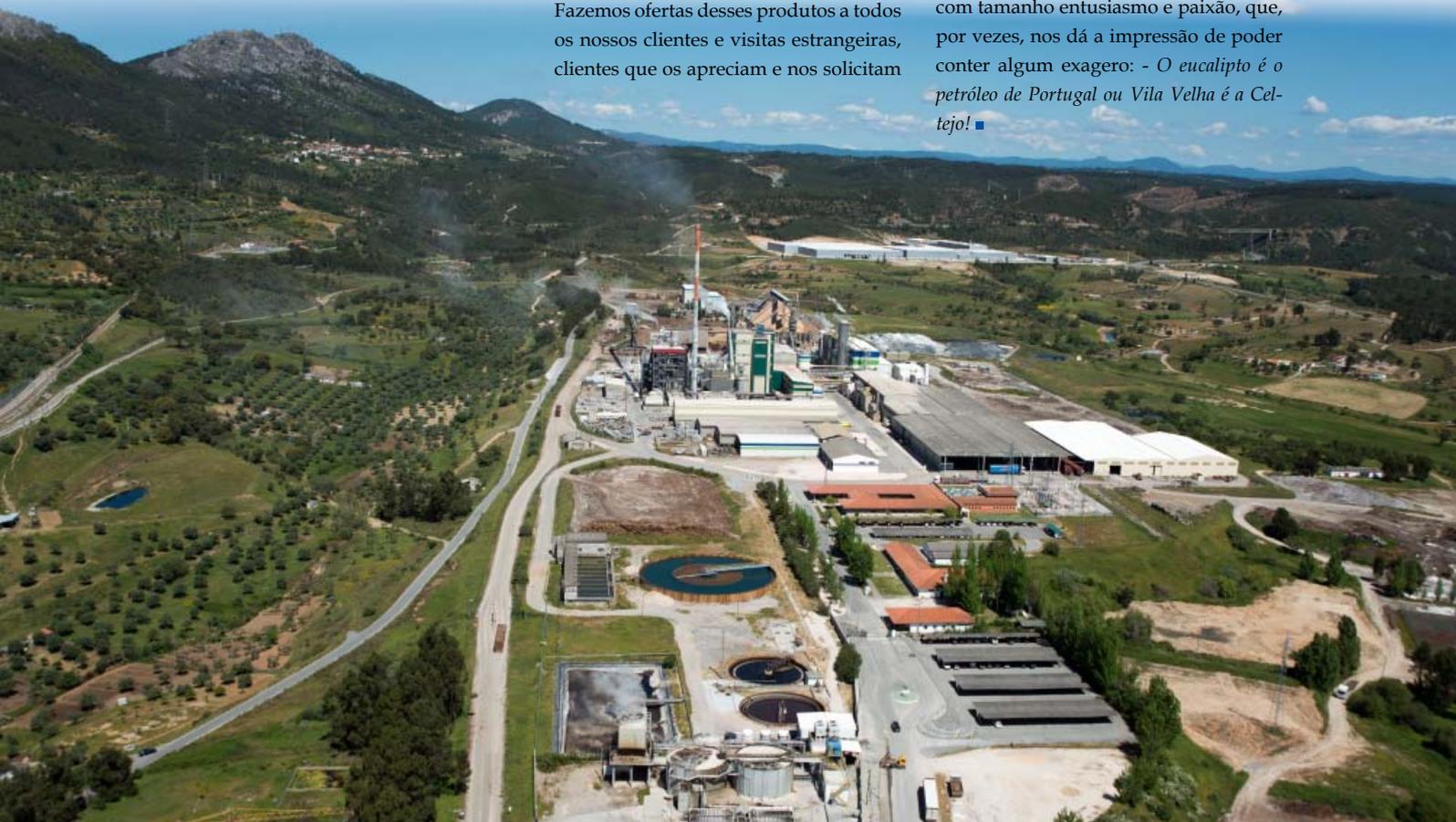
contatos para novas aquisições. É nossa política promover sistematicamente o território onde estamos instalados e os seus produtos, quer sejam naturais e paisagísticos, quer de confeção local, como os queijos e os azeites.

- Também nos preocupamos e colaboramos com as mais diversas iniciativas locais, sejam elas de carácter económico, social e/ou cultural. Ainda recentemente assinámos um protocolo com a Quercus para apoiar um alimentador de grifos.

Manifestamente, o engenheiro Coelho sabe do que fala e é alguém profundamente empenhado em recorrer às mais modernas técnicas de gestão de recursos humanos, procurando que os trabalhadores e funcionários da “sua fábrica” sejam gente contente com as relações e condições de trabalho.

Pelo que pudémos apreciar, parece ter conseguido plenamente esse objetivo, notamos esse ambiente de satisfação e descontração nos rostos e atitudes do pessoal presente.

O que o diretor da Celtejo diz, é dito com tamanho entusiasmo e paixão, que, por vezes, nos dá a impressão de poder conter algum exagero: - *O eucalipto é o petróleo de Portugal ou Vila Velha é a Celtejo!* ■



COM A DIREÇÃO

DA RODOLIV

Como se comporta a atividade neste concelho?

Temos dois tipos de produtores de olival aqui em Vila Velha de Ródão. Um produz para auto-consumo, leva mulher, filhos e família para a campanha. Outro é empresário e tem de pagar para lhe apanharem a azeitona. Se não conseguir rentabilizar o seu olival, terá prejuízo, nesta segunda situação. E muitos de nós temo-lo feito apenas por carolice, para não ver o olival abandonado, porque hoje em dia o negócio não é rentável. Se comparar o que pago ao lagar e o que recebo do azeite, o dinheiro não chega e tenho de tirar de outro lado para continuar a manter a atividade. Atualmente, mais de 70% dos olivicultores do concelho de Vila Velha de Ródão incluem-se na produção familiar.

Vila Velha de Ródão, que futuro?

Acho que as pessoas não estão a fugir de Vila Velha por falta de emprego. Aliás, o que levou a que as pessoas saíssem foi precisamente o grande aumento de emprego no concelho nos anos 60 com o surgimento da Portucel, hoje Celtejo, e que fez com que as pessoas migrassem para Castelo Branco, uma vez que a empresa fornecia transporte gratuito aos seus trabalhadores. Além disso, a existência da Celtejo naquela localização (atenção, não estou a colocar em causa a existência da empresa) matou o centro do concelho e esta zona de aptidão turística. E não me venham dizer que por termos as Portas de Ródão vamos conseguir atrair turistas. O turista vem, está cá dois dias, começa-lhe a cheirar mal, vai embora e não volta mais. A adensar a isto, temos o problema da desertificação, não só do concelho, mas de todo o território em redor de Castelo Branco. Castelo Branco teve um comportamento de "buraco negro" e absorveu toda a população dos concelhos limítrofes. Neste momento, a população de Castelo Branco está a migrar para Lisboa, é gente que vai estudar para lá e já não retorna, e a cidade também já se está a ver a

braços com a diminuição de população. Em 1981, os Censos apontavam mais de 6000 habitantes neste concelho. Nos últimos Censos, em 2011, reduzimos para metade. Somos agora cerca de 3500.

Se fossem governantes e tivessem capacidade de fazer melhor, em que é que apostavam?

Desenvolver ao máximo a beira-Tejo, apostar numa boa restauração e, sobretudo, reduzir as poluições. Eu costumo dizer que se as casas tivessem rodas como os carros, já não vivia cá ninguém. Eu fazia uma ponte de Espanha para cá. Aliás, bastava que tornassem a passagem que existe na barragem de Cedilho, em Monte Fidalgo, numa via rodoviária. Este acesso a Espanha traria tudo. As pessoas tinham aqui uma ligação em linha reta a Madrid, escusavam de fazer o longo desvio por Vilar Formoso. E o movimento também seria muito maior de lá para cá.

Por um lado, eu vejo um esforço da Câmara em criar infraestruturas e atividades culturais, por outro, vejo algumas iniciativas na área do turismo e, na outra ponta, vejo empresas a poluir o ar. Há ou não conflito entre o desenvolvimento do turismo e a aposta na atividade industrial?

Claro que sim. Falando em Vila Velha, centro, que é afetado pela poluição, um dos polos de desenvolvimento vai ter de morrer. Agora, no restante concelho, em redor da vila, há zonas com bastante potencial turístico e que pode ser aproveitado nesse sentido, uma vez que o ar não é afetado pelo mau cheiro.

Consideram que tem sido um erro apostar em iniciativas turísticas apenas na vila? Há outras zonas no concelho com potencial turístico e que está a ser pouco aproveitado?

Exatamente! Que singre a fileira industrial em Vila Velha de Ródão, até porque ela já cá está implantada, e que se desenvolva o turismo no restante concelho.



Eu julgo que Vila Velha de Ródão poderia ser transformada no centro administrativo do concelho. Se fortalecermos as restantes freguesias como Fratel, Sarnadas, Perais, etc, as pessoas obrigatoriamente têm de tratar da sua vida e ir às Finanças, ao banco e seriam obrigadas a deslocar-se à vila nesse sentido. A curto prazo, vamos ter um problema ainda mais grave. Estão a pensar acabar com as Finanças, com o Registo Civil e outros serviços em Vila Velha de Ródão. Se isso acontecer, estamos condenados, as poucas pessoas que ainda restam acabam também por ir embora.

Será que o cheiro de Vila Velha afeta a imagem e o prestígio do azeite de Ródão?

Não, não afeta a imagem. Mas afeta a comercialização, porque há muita gente que podia vir a Vila Velha de Ródão e não vem pelo mau cheiro.

O problema é que o cheiro não é poluição. Não há nenhuma legislação que regule a intensidade do cheiro. É apenas o mau estar da pessoa que está em causa... A pessoa não gosta e vai embora. Agora, eu não posso dizer que certa fábrica está a poluir o ar pelo mau cheiro que emite, porque não há lei para isso. Para mim, o erro crasso foi o ordenamento das zonas industriais deste concelho. À volta de Vila Velha é só fábricas e nada está centralizado. E pior... colocaram as fábricas em baixo. Se estivessem numa zona mais alta, o mau cheiro já não chegava ao coração da vila. ■

COM CARLOS E FÁTIMA LOURENÇO

NA QUEIJARIA LOURENÇO & FILHOS

O que é que ainda falta fazer em Vila Velha?

C.L. A nível de empresas, maioritariamente familiares, já com algumas décadas, independentemente de algumas serem maiores do que outras, penso que faz falta uma iniciativa de criar parcerias. Falta um sentido de união entre as várias empresas que permita, todas juntas, desbravar novos mercados.

Têm problemas em conseguir chegar a mercados de longa distância?

C.L. Há sempre algum problema a esse nível. A Lourenço & Filhos tem dedicado muito trabalho e esforço nesse campo. Ainda há dias estivemos em Milão, através do InovCluster de Castelo Branco, do qual somos sócios. E estamos a tentar iniciar exportações para o Brasil. Mas tudo isso leva o seu tempo, não basta estalar os dedos para aparecerem logo os resultados.

Sentem que se tivessem outro tipo de apoio, o processo poderia ser facilitado e muito mais rápido?

C.L. Claro que sim, porque o peso das instituições em conjunto tem uma força muito maior do que a nossa ação individual.

F.L. Penso que as instituições aqui da região, como câmaras municipais, ADRA-CES e outras, podem ser uma mais-valia se conseguirem levar as empresas de Vila Velha de Ródão (que também nem são assim tantas) a participar em várias feiras nacionais e internacionais e ajudar na divulgação dos nossos produtos

pelos mercados estrangeiros. Porque o problema, muitas vezes, está em não mostrar os produtos que aqui existem. E esse trabalho torna-se muito mais complicado quando cada um tem de o fazer por sua conta e risco. As feiras organizadas por instituições com peso no território são essenciais. Tenho de destacar a nossa participação nas duas edições passadas do Festival Internacional da Máscara Ibérica através da ADRACES. A contribuição dessa participação foi excelente.

É frequente os empresários de Vila Velha reunirem-se para conversarem uns com os outros?

C.L. Infelizmente, não tem sido muito habitual. Em tempos, isso acontecia, porque nós tivemos uma loja de produtos regionais durante algum tempo, situada nas antigas bombas de combustível das Sarnadas de Ródão, no IP2, antes de nascer a A23. Com o aparecimento da auto-estrada, ainda falámos em mudar a loja para a área de serviço do Fratel, mas acabou por não acontecer, e a ligação perdeu-se. Esta era uma forma que tínhamos para nos juntarmos mais e para discutirmos sobre os nossos problemas. E este convívio era excelente. Cada um trazia a sua ideia e era uma forma de arranjarmos soluções através da partilha de problemas. São necessárias mais iniciativas para juntar os empresários.

Podemos então concluir que uma das coisas necessárias é haver maior união e maior coordenação na ação conjunta para chegarem longe.

C.L. Claro que sim. Temos matéria-prima, temos iniciativas, chegou agora o tempo de juntar forças. Se cada um esgota as suas energias a puxar para seu lado, não vamos chegar a lado nenhum, sobretudo nos tempos difíceis que se vivem. E com as exigências dos mercados atuais, que nos obrigam a fazer mais em menos tempo, se não nos juntarmos, sozinhos não somos capazes de dar resposta.

A nível de recursos humanos, é difícil encontrar as pessoas que procuram para trabalhar?

F. L. Aqui na queijaria, mais ou menos se vai encontrando as pessoas. Se bem que, das 12 pessoas efetivas, incluindo eu e o meu marido, 5 pessoas são de fora do concelho de Vila Velha de Ródão – Proença-a-Nova e Alcains. Estas pessoas já estão connosco há alguns anos e, quando a equipa funciona, não se mexe, nem é para andar a trocar todos os dias. E, na altura, não era tão fácil encontrar pessoas interessadas e com as características pretendidas.

O que é que faz falta em Vila Velha para que se possa dar o salto?

C.L. Penso que a Câmara tem de definir como estratégia que o turismo não se deve apenas concentrar na sede do município, porque o concelho está cheio de potencialidades turísticas por explorar. E o concelho é tão pequeno... não há qualquer necessidade de concentrar todas as estruturas turísticas em Vila Velha de Ródão. É pequenino mas, ainda assim, tem lugares que ninguém conhece. ■



COM O ADMINISTRADOR NA AMS GOMA CAMPS

Como conseguem ser a empresa mais eficiente do sector do papel tissue da Península Ibérica numa zona de baixa densidade como Vila Velha de Ródão?
É simples. Apenas pegamos naquilo que Portugal tem de bom: os portugueses. Pela minha experiência passada de trabalho numa multinacional com colegas de cerca de 30 países distintos, cheguei a uma interessante conclusão - temos uma capacidade de empreendedorismo, de dedicação e de responsabilidade inigualáveis, muito superiores a todos os outros povos. Apenas temos dois grandes problemas: falta de organização e falta de liderança. Se conseguirmos colocar um grupo de portugueses numa empresa e dotarmos essa empresa de uma boa organização e liderança, o resultado será uma organização super eficiente. A população de Vila Velha de Ródão e dos concelhos limítrofes também é composta por pessoas com essas características. O que fizemos foi pegar num conjunto de portugueses, sobretudo de pessoas oriundas desta zona, dotá-la de uma boa organização e de uma boa liderança, com boas ferramentas de gestão, e o resultado fala por si mesmo.

Privilegiam, portanto, os recursos humanos da região.

Sim, sempre que possível, damos preferência às pessoas que vivem no concelho de Vila Velha de Ródão. No entanto, temos de ter em conta que, nas nossas admissões, tentamos adequar ao máximo os candidatos às competências exigidas pela função e, como tal, por vezes somos forçados a recorrer a pessoas fora do concelho, sempre que não encontramos pessoas que reúnam o perfil desejado. Pretendemos criar uma empresa sustentável, que perdure por muitos anos, pelo que as pessoas que aqui trabalham



José Miranda

sabem que têm emprego hoje e que o vão manter por muitos anos. Por este facto, é fundamental admitir, desenvolver e manter competências adequadas.

Não estão em desvantagem em relação ao mercado, pelo facto de estarem longe das grandes metrópoles?

Se pensarmos de uma forma local sim, se pensarmos de forma global não. O nosso principal mercado é o ibérico. Se estivéssemos em Lisboa, estaríamos muito perto do mercado de Lisboa. No entanto, o mercado da capital representa menos de 50% do mercado nacional. Significa que ficaríamos afastados da restante metade. Se estivéssemos no Porto, estaríamos muito bem para servir o mercado do Porto, mas mal para servir o mercado de Lisboa ou do Algarve, e estaríamos pior ainda para servir o mercado de Espanha. Desta forma, estamos situados no centro do nosso mercado preferencial, estamos precisamente no local exato, não só em termos de mercado mas também de fontes de matéria-prima - temos a fábrica de pasta de papel aqui ao lado (Celtejo). Esta proximidade cria-nos algumas vantagens fundamentais, na perspetiva económica e ambiental. Estamos ligados à Celtejo através de *piping* (recebemos a matéria-prima em estado líquido por canalização). Somos a única fábrica da

Europa nestas condições e, no Mundo, que eu tenha conhecimento só existe mais uma.

Por um lado, existe uma vertente empresarial muito forte instalada em Vila Velha. Por outro, há uma aposta grande no turismo, sobretudo de natureza. As duas atividades são perfeitamente conciliáveis?

São perfeitamente enquadráveis e perfeitamente separáveis. Vila Velha de Ródão é hoje um dos concelhos com melhor qualidade de vida no distrito de Castelo Branco. A indústria que aqui existe, onde se inclui a AMS, deu um forte contributo nesse sentido, além de todas as iniciativas empreendedoras da autarquia. Quando a AMS aqui se sediou, criou 125 postos de trabalho, sendo que cerca de 80% foram ocupados por pessoas do concelho. Isto significa que estamos a dar mais poder de compra e melhoria das condições de vida a esta população. E quando o concelho tem boas condições de vida torna-se apelativo não só para as pessoas virem para cá viver, como para o próprio turismo. Existindo empresas que sejam referência nacional, como sejam a AMS e a Celtejo, elas criam notoriedade ao concelho e, conseqüentemente, despertam o interesse das pessoas em quererem conhecer Vila Velha de Ródão. Penso que o turismo e a indústria podem viver lado a lado. Neste momento, a AMS está a programar uma ação de marketing que, eventualmente, será ainda colocada em prática este ano, no último trimestre, que permite dar a conhecer esta unidade e o nosso processo de fabricação do papel tissue, não à população local (isso já o fizemos e vamos repetir futuramente a ação), mas alargar a iniciativa ao âmbito nacional. E isso vai trazer mais pessoas a Vila Velha de Ró-

dão. Além disso, realizamos inúmeros eventos com clientes sobretudo, aqui na fábrica, e fazemos questão de lhes proporcionar visitas às Portas de Ródão, dar passeios no Tejo, almoçar na Aldeia do Xisto Foz do Cobreão... Acredito que estas pessoas voltem noutra oportunidade e que tragam família e amigos. Desta forma, estamos já a dar o nosso contributo para o desenvolvimento do turismo no concelho.

Turismo de Natureza e poluição... Não há nenhuma fábrica que não polua, temos de estar conscientes disso, embora todas as fábricas tenham obrigação de minimizar ao máximo os seus impactos ambientais. E em Vila Velha de Ródão, isso eu sei, tem sido uma constante. Todas as atividades humanas têm impactos ambientais, até o turismo tem impactos ambientais... Um campo de golfe tem impactos ambientais, devido aos enormes gastos de água. No entanto, os impactos ambientais das indústrias de Vila Velha de Ródão não são um fator impeditivo de trazer o turismo para estas terras. O que é necessário é que a indústria seja ela própria uma fonte de captação e de atração de pessoas que podem fazer turismo. E penso que há aqui forma de a indústria dar apoio e ajudar a fomentar o turismo em Vila Velha de Ródão. E a AMS está disponível e aberta a esta possibilidade.

Defende a aposta no desenvolvimento de um turismo industrial, cujas indústrias do concelho são motivo de interesse para a visita de turistas?

Há uma classe de turista, para a qual a indústria e o turismo deviam trabalhar em conjunto, de forma a proporcionar mais interatividade e diversidade na oferta. É claro que isso implica que as empresas tenham de abrir as suas portas e muitas não estão dispostas a isso. Mas a AMS está. Penso que a indústria e as forças vivas que estão ligadas ao turismo podem desenvolver uma parceria muito interessante e proveitosa para as duas áreas. Além disso, uma das nossas missões é a criação de valor a todos aqueles que interagem connosco. Portanto, acho que uma junção entre as duas áreas poderia resultar em ações interessantes. É um desafio que eu lanço a esta comunidade. ■





COM NUNO COELHO

NA INCENTIVOS OUTDOOR

Sendo natural do Porto, o que o atraiu a apostar no turismo em Vila Velha de Ródão?

Eu vim atraído pelo projeto do Geopark Naturtejo. Um dia, numa conferência sobre turismo que se realizou em Arouca, num dos painéis, eu ia falar sobre turismo de natureza e o Eng. Armindo Jacinto sobre o Geopark. Na apresentação do vereador, achei o conceito muito interessante e com “pernas para andar”. Posteriormente, desloquei-me ao território para conhecê-lo e vi que realmente tinha um grande potencial por explorar e que se enquadrava dentro do produto e do trabalho que a minha empresa desenvolvia. Apaixonei-me pelo território e vim para cá. Apostei na criação de um produto diferenciador – um território integrado num geoparque, com a vantagem de acolher as Portas de Ródão, Aldeias de Xisto, e ter proximidade a Lisboa, com boas acessibilidades, tanto rodoviária com a A23 e ferroviária, através da linha da Beira Baixa da CP. Sabia que era um destino quase virgem; do ponto de vista turístico tudo estava por fazer. No entanto, tinha aqui a grande vantagem de poder trabalhar o produto da maneira que eu entendesse, porque tudo estava a começar. Iniciámos a atividade com os passeios de barco no Tejo. No primeiro ano, registámos cerca de 140 pessoas a andar de barco. Em 2012, a nossa empresa, em todos os setores que opera (restauração, animação, turismo fluvial, alojamento), já movimenta cerca de 20 mil pessoas por ano.

Não foi um risco demasiado elevado apostar na atividade turística quase inexistente num território que nem conhecia?

Gosto mais de lhe chamar desafio. E, até

ao momento, não me arrependo de nada. Temos crescido todos os anos e alargado o nosso negócio a diversos ramos da atividade. Este ano vamos ter mais uma novidade: o centro hípico na Senhora da Alagada. E julgo que o sucesso destes projetos se deve ao facto de não recorrermos a apoios financeiros; apenas investimos capitais próprios. O crescimento é mais lento, mas mais sustentável.

Vila Velha tem indústria desenvolvida e aposta crescente no turismo, sobretudo de natureza. São atividades compatíveis?

É claro que ninguém gosta de um destino de turismo de natureza onde existam fatores elevados de poluição. No entanto, o cheiro não é mensurável e não entra na categoria de poluição. Além disso, não há destinos puros. A existência de um turismo de natureza em locais que têm um impacto industrial obriga a que todos estejamos mais atentos. E não tenho dúvidas que os industriais aqui implantados no território têm preocupações constantes com o ambiente. Eu apenas vivo cá há 7 anos e, desde então, tenho notado melhorias significativas em curto espaço de tempo. Aliás, quanto maior for a afirmação do turismo, quantas mais pessoas vierem, melhor será para o ambiente, na medida em que vai acabar por regular as preocupações ambientais do território, porque os agentes industriais estarão mais sensibilizados para aquilo que as pessoas que vêm de fora vejam, comentem e falem. E o turista não foge por causa do cheiro. Há valores naturais aqui presentes que são suficientemente fortes para atrair as pessoas.

Sente necessidade de haver uma maior troca de diálogo entre os empresários

dos diversos ramos, no sentido de tri-lharem uma estratégia de desenvolvimento comum?

A comunicação é fundamental no desenvolvimento de qualquer setor. No caso específico, nós somos tão poucos que acabamos todos por nos conhecer. Penso que não faz sentido criar associações para o efeito. Umas reuniões informais têm sempre interesse e penso que a autarquia já tem desenvolvido trabalho de complementaridade entre as várias empresas, como foi o caso do Festival das Sopas de Peixe que decorreu há dois meses. Agora, temos de ter noção de que o turismo em Vila Velha de Ródão ainda está para arrancar, estamos ainda a viver o prelúdio do arranque do setor. As pessoas estão a começar a vir, mas falta estruturar as visitas, criar produto, abrir mais unidades de alojamento...

E haverá turistas que justifiquem todo esse investimento?

Os turistas só vêm se nós os formos buscar. Eles não estão na A23 à espera que lhes abramos as portas para entrarem. É uma asneira pensar que basta abrir uma porta para os turistas cá caírem. Hoje em dia, é preciso ir buscar as pessoas dentro da sua casa sentadas no sofá a ver tv ou a ler uma revista. Todos nós conhecemos sítios lindíssimos “às moscas”. É necessário trabalhar o produto depois de ele estar concebido. Até porque temos de ter consciência de que estamos a competir com o mundo inteiro. E não podemos fantasiar que, em primeira instância, vamos conquistar os mercados internacionais... O que hoje temos em Vila Velha de Ródão é dirigido sobretudo ao turista nacional, com mais de 45 anos, que procura natureza, património, lazer, cultura e gastronomia. ■

BEIRA BAIXA

UMA MARCA FORTE

A reorganização territorial em curso no nosso País prevê a criação de novas comunidades intermunicipais, as quais podem constituir uma oportunidade para o nosso território se desenvolver e fortalecer. Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Idanha-a-Nova (área em que a Associação Comercial e Industrial - ACICB intervém diretamente), Penamacor, Proença-a-Nova e Oleiros constituirão a nova Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, a qual tem cerca de 90 mil habitantes.

As afinidades entre aqueles concelhos levam-nos a acreditar que esta comunidade constituirá um excelente instrumento de desenvolvimento a vários níveis, dos quais destacamos a área comercial e industrial por ser aquela que diretamente representamos. Assim sendo, vemos com bons olhos a sua criação, bem como a escolha do nome Beira Baixa como marca unificadora para todo este território.

Atividades como o comércio, a agroindústria e o turismo poderão beneficiar deste “chapéu” identificador da região há muito reivindicado por quem aqui trabalha e desenvolve as suas atividades empresariais. A marca identificativa de uma região é por si só uma medida positiva que a todos, a partir de agora, envolverá no seu fortalecimento. Uma responsabilidade que não enjeitaremos. O acesso a fundos e programas comunitários que esta nova comunidade per-



mitirá é outro dos aspetos que importa salientar, desejando nós que esta região tenha a capacidade, engenho e criatividade para saber concretizar projetos, captar investimentos e unir-se em torno de objetivos verdadeiramente essenciais e sustentáveis para o seu futuro. Esperamos também, que a este nível, os próprios programas comunitários disponibilizem os meios necessários para que isso possa acontecer.

A ACICB estará sempre na linha da frente para participar e apoiar os seus associados em todo este processo, conscientes que assim estaremos a contribuir para o crescimento e desenvolvimento da região em que estamos inseridos.

Esta é também uma excelente oportunidade para que esta Beira Baixa se apresente unida na defesa dos seus interesses e tenha uma voz forte e reivin-

dicativa quer junto do Governo Português quer da própria União Europeia. Pela nossa parte, estamos conscientes do momento decisivo que atravessamos e das dificuldades com que este nosso território está a ser confrontado e que terá de ultrapassar.

Para além da crise que afeta o nosso País e a Europa, há um conjunto de constrangimentos próprios às nossas atividades que esta nova comunidade urbana deverá ter em conta, como por exemplo: os licenciamentos empresariais; a necessária discriminação positiva ao nível da carga fiscal; o combate à excessiva centralização do processo de compras públicas por parte do Estado (uma parte significativa das compras de instituições públicas passam, obrigatoriamente, por centrais de compras impostas pelo Estado, o que faz com que muitas empresas locais não possam concorrer ou prestar sequer serviços a organismos públicos); a abolição das portagens na A23; a promoção turística do território e dos respetivos produtos e serviços; e a implementação de políticas adequadas de comunicação/divulgação da nossa imagem de marca enquanto região.

Consideramos que a Beira Baixa pode ser uma marca forte em todos os sentidos. Tudo iremos fazer para que assim seja. ■

Adelino Minhós

(Presidente da Direção da Associação Comercial, Industrial e Serviços dos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão)



CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPE DIRECT - BEIRA INTERIOR SUL

VIVER EUROPA

Rubrica do **Centro Europe Direct Beira Interior Sul** sobre conteúdos europeus relevantes para o quotidiano dos cidadãos. Pode consultar estas e outras informações através do site www.europedirect-bis.pt

CARTÃO EUROPEU DE SEGURO DE DOENÇA

Está aberta oficialmente a época de férias de verão. Se a sua ideia passa por ir visitar um qualquer país da União Europeia, antes de partir, por motivos turísticos, profissionais ou de estudo, deve solicitar ao organismo competente um cartão europeu de seguro de doença, que lhe permitirá obter quaisquer cuidados de saúde eventualmente necessários durante a sua estadia no estrangeiro.

O cartão europeu de seguro de doença é a prova concreta de que está coberto pelo sistema de saúde de um país da UE e de que tem direito a obter assistência médica.

Se por acaso ficar doente durante uma estadia de curta duração no estrangeiro, o cartão europeu de seguro de doença confere-lhe o direito a beneficiar do sistema de saúde nacional nas mesmas condições que os residentes do país onde se encontra, podendo assim consultar um médico local.

Pode obter o Cartão Europeu de Seguro de Doença através da Segurança Social ou do seu subsistema de saúde.

Recorrendo à Internet, os beneficiários da Segurança Social, com Número de Identificação da Segurança Social (NISS), podem pedir o Cartão na página da Internet da Segurança Social Direta, com palavra-chave ou Cartão de Cidadão para acesso ao serviço (é necessário registo prévio).

Pode também solicitá-lo presencialmente, nos serviços de atendimento da Segurança Social da área de residência dos beneficiários inscritos na Segurança Social, através do preenchimento do formulário Modelo GIT53-DGSS (PDF - 65 Kb), disponível na página web da Segurança Social, na opção **Formulários> selecionando a categoria> Cartão Europeu de Seguro de Doença**, e juntando cópia de um dos seguintes documentos:

- Cartão de identificação da Segurança Social ou documento onde conste o número de beneficiário;
- Cartão de beneficiário de subsistema público ou particular;
- Cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde.

Pode ainda obter o cartão nas Lojas do Cidadão ou junto do subsistema de saúde público (ADSE, SSMJ, etc.) ou particular. Em regra, o cartão é remetido para casa do titular dentro de cerca de sete dias úteis após a receção do pedido e válido por três anos, no regime geral.





CARTA DE CONDUÇÃO

Desde 19 de janeiro de 2013, todas as novas cartas de condução emitidas na UE são plastificadas, têm a dimensão de um cartão de crédito, obedecem ao mesmo modelo europeu normalizado e estão melhor protegidas contra quaisquer tentativas de falsificação.

As cartas de condução válidas emitidas antes desta data não são afetadas, devendo contudo ser trocadas por uma do novo modelo aquando da sua renovação, o mais tardar em 2033.

Se a sua carta de condução foi emitida num país da UE, pode usá-la em toda a UE. Se trocou a sua carta de condução emitida por um país que não pertence à UE por uma carta de condução emitida no país da UE, onde atualmente reside, também pode conduzir com essa carta de condução em toda a UE.

Se perder a sua carta de condução ou for furtada, deve solicitar uma nova carta no país onde reside. Só pode ter uma carta de condução emitida pelas autoridades do país onde reside. Estas trocarão a sua carta de condução inicial por uma local, ficando então sujeito às mesmas regras que os nacionais desse país no que respeita a prazos de validade, exames médicos, etc.

O QUE FAZER EM CASO DE ACIDENTE NUM ESTADO-MEMBRO DA UE

Encontra-se a viver no estrangeiro, num dos estados-membros da União Europeia, e vê-se envolvido num acidente automóvel. Que fazer?

Em caso de acidente por culpa própria, preencha a declaração europeia de acidente. Este documento normalizado, idêntico na maioria dos países da UE, ajuda-o a registar os factos e facilita o tratamento do dossiê. O seguro contratado no país onde reside cobre sempre as lesões corporais infligidas a outra pessoa (danos a terceiros) em qualquer país da UE. No entanto, no que se refere a outros tipos de danos, como lesões corporais que possa sofrer (seguro de danos próprios), incêndio, roubo, ou outro, durante a sua estadia no estrangeiro, estes não são normalmente cobertos pelas apólices de seguro. Antes de partir, informe-se sobre esta questão junto da sua se-

guradora. A sua apólice de seguro cobre todos os passageiros que viajam no seu veículo, para além do condutor. Na maioria dos países da UE, também pode contratar uma cobertura de danos próprios adicional para o condutor.

Em caso de acidente em que não seja culpado, pode apresentar o pedido de indemnização em inglês ou francês à companhia de seguros da pessoa que causou o acidente. Se apenas apresentar o pedido após o regresso a casa tem duas possibilidades:

- A primeira é apresentar o pedido ao representante nacional da companhia de seguros da pessoa que causou o acidente. Para saber se a seguradora em causa tem um representante nacional no seu país, contate o gabinete da carta verde/centro de informação nacional.
- A outra opção consiste em apresentar o seu pedido ao Instituto de Seguros de Portugal.

RECEITAS MÉDICAS E REEMBOLSOS NA UNIÃO EUROPEIA

Uma receita passada por um médico no seu país é válida em todos os países da União Europeia. No entanto, para poderem ser vendidos na UE, os medicamentos têm de ter uma licença, mas essas licenças são emitidas pelas autoridades nacionais de um ou de vários países. Isso significa que, quando apresenta uma receita do seu médico numa farmácia de outro país da UE, o medicamento receitado poderá não estar disponível ou ter outro nome.

Peça ao seu médico que indique os ingredientes do medicamento e a respetiva dosagem para ajudar o farmacêutico local a encontrar o medicamento certo.

No que diz respeito ao reembolso, se estiver no estrangeiro e quiser comprar medicamentos receitados pelo seu médico de família, poderá ter de pagar o custo integral dos medicamentos, mesmo que não seja esse o procedimento normal no seu país. Para ser reembolsado, tem de apresentar as despesas ao seu sistema de saúde nacional. A taxa de reembolso aplicável é a do país onde está coberto. Informe-se junto do seu sistema de saúde sobre a eventual cobrança de encargos administrativos pelo reembolso de medicamentos comprados no estrangeiro.

SEGURANÇA AÉREA

Se viajar de avião para outro país da UE, ao fazer as suas malas e no momento do embarque deve ter em mente determinados requisitos em matéria de segurança:

1. Os líquidos transportados na bagagem de mão (nomeadamente bebidas, pasta de dentes, cremes e gel) devem ser postos em recipientes individuais com uma capacidade máxima de 100 ml, e devem ser transportados dentro de um saco de plástico transparente com uma capacidade máxima de 1 litro. Os recipientes com uma capacidade superior a 100 ml devem ser colocados na bagagem de porão. Estas restrições não se aplicam aos medicamentos nem aos alimentos para bebé.
2. Os passageiros não estão autorizados a transportar na cabina objetos cortantes que possam ser utilizados como arma. Esta regra aplica-se a objetos de uso quotidiano como tesouras e saca-rolhas, que devem ser colocados na bagagem de porão.
3. É proibido transportar artigos explosivos e inflamáveis (fogo-de-artifício, aerossóis, substâncias químicas e tóxicas, nomeadamente os ácidos).
4. São proibidas a bordo armas de qualquer tipo.

Consulte a lista completa dos objetos proibidos na página Internet do aeroporto de partida ou informe-se junto da companhia aérea.

Por razões de segurança, todas as bagagens são submeti-

das a controlo por raios-X ou são objeto de outro tipo de controlo antes de serem autorizadas nas zonas de segurança do aeroporto.

VIAJAR COM ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

Segundo as regras da EU, pode viajar livremente com o seu cão, gato ou furão, com um passaporte europeu para animais de estimação. Este passaporte está disponível em qualquer veterinário autorizado e deve conter uma vacinação antirrábica válida. O animal deve ter um microchip ou uma tatuagem legível, aplicada antes de 03 de julho de 2011, com o mesmo código que consta no passaporte. O passaporte para animais de estimação da UE só pode ser utilizado para cães, gatos e fures. Se tem outros animais de estimação, como coelhos ou canários, deve verificar as normas nacionais de transporte de animais para dentro e fora do país. Uma vacinação antirrábica válida deve ser inserida no passaporte do cão. E para entrarem na Finlândia, Irlanda, Malta ou Reino Unido, os cães devem ser tratados contra a ténia *Echinococcus*: o tratamento deve ser administrado por um veterinário num período não superior a 120 horas e não inferior a 24 horas, antes da data da entrada prevista na Finlândia, Irlanda, Malta ou Reino Unido. O tratamento deve ser certificado pelo veterinário na secção relevante do passaporte.

Se tiver um cão, gato ou furão com menos de três meses (e não vacinado contra a raiva), precisa de verificar as regras nacionais do país para o qual viaja. ■

LÁ DOS “PÍNCAROS” DE OLEIROS...

CHEGA-NOS UMA NOVA E ENRIQUECEDORA COLABORAÇÃO

Homem e artista respeitado e considerado, o senhor Augusto Matos dispôs-se a enviar-nos algumas crónicas sobre a Vida e o VIVER de Oleiros.

Pouco a pouco, contamos poder apresentar-vos mais esta história de vida, duma vida inteiramente dedicada à sua arte de desenhador e à sua fé.

Embora aqui tão perto, em quilómetros mas não em tempo de viagem, Oleiros merece bem que alguém nos fale dos seus fantásticos sítios paisagísticos, dos seus viveres quotidianos, das suas características identitárias, da sua História ou das suas “intimidades” sociais e culturais. ■



REVISTA VIVER - VIDAS E VEREDAS DA RAIA

DITO E LIDO NA VIVER

- O Turismo, lato senso, tem sido ao longo das últimas décadas o sector da atividade humana com maiores efeitos induzidos no despovoamento do Mundo Rural Europeu, em particular nos países ribeirinhos, quer do Atlântico quer do Mediterrâneo. Finalmente, parece que se anuncia o alvorecer de um novo ciclo. O início deste novo século traz-nos repetidos sinais do crescimento consolidado de novas "apetências turísticas" a corresponderem ao desenvolvimento de novos conceitos sobre a conservação da natureza deste planeta. A Terra, e não apenas o mar, com tudo o que ela contém de infinitamente grandioso e belo, também começa a interessar turistas... o que é natural!

In VIVER 8, 2008, pág. 10

- A chegada ao mercado do património como fonte de atração turística deve obrigar os agentes a definirem, claramente, qual é o produto que querem colocar comercialmente, numa ótica de afirmação de vantagens comparativas e de diferenciação. [...] Quer-me parecer que, nesta matéria, uma ideia agregadora de vincado carácter operativo está, ou deverá estar, associada à noção de identidade territorial. Creio que boa parte da resposta na definição do produto turístico passará por atentar bem, de forma rigorosa e tecnicamente fundada, para o espólio e o legado cultural que marca e diferencia os territórios.

- Há que incentivar o aparecimento de novos empresários locais nesta fileira de atividade. É indispensável que os proprietários das unidades de alojamento em espaço rural que pouco a pouco vão surgindo se posicionem, cada vez mais,

como empresários e desenvolvam a sua atividade num quadro de profissionalismo e de defesa da qualidade do produto, associando ao alojamento a oferta de atividades e animação que permitam aos turistas um conhecimento e uma fruição da envolvente local e regional.

- Finalmente, há que evitar desenvolver esforços isolados, de "costas voltadas". Todos têm a ganhar se se conseguirem unir em projetos de colaboração em torno de desígnios comuns.

In VIVER 8, 2008, pág. 28

- Quando se fala em comercializar os produtos locais fora da BIS, a maior parte dos produtores e agricultores assume, desde logo, que não tem capacidade para fazer isso. Mas, até agora, ainda não foi possível que aparecesse uma estrutura ou uma empresa que permi-

tisse exportar em conjunto os produtos da Beira Interior Sul para os mercados internacionais, uma vez que cada um, individualmente, não consegue. Isto é coesão económica e social.

In VIVER 14, 2009, pág. 23

- É necessário que as câmaras, as juntas de freguesia, as instituições e as pessoas das várias localidades da BIS se comecem a conhecer melhor umas às outras. Porque é que não se hão-de fazer passeios de intercâmbio entre os vários concelhos da BIS? Cada um destes cantinhos tem coisas muito interessantes para conhecer... e ainda que não existisse mais nada, existem as pessoas! E conhecer pessoas é sempre muito interessante.

In VIVER 14, 2009, pág. 25





Centro de Informação Europe Direct Beira Interior Sul
Rua Dr. Henrique Carvalhão
Lote 13, Loja 2
6000-235 Castelo Branco

Tel: 272 347 126
europedirect-bis@adraces.pt

www.europedirect-bis.pt

A LENDA DOS CORNOS DO REI WAMBA

Wamba, rei visigodo, que reinou entre os anos 672 e 680, fundou o Castelo de Ródão, onde vivia com a sua mulher e filhos. A rainha fugiu, certo dia, para os braços de um rei mouro, o que levou Wamba a procurá-la, disfarçado de mendigo. Ela reconheceu-o, fingiu ser prisioneira do mouro e escondeu o marido no próprio quarto, entregando-o em seguida ao amante.

Pediu Wamba à generosidade do inimigo que lhe concedesse tocar pela última vez a sua corna. Os seus companheiros de armas ouvindo-o, acudiram-lhe. Mataram o rei mouro, e trouxeram a rainha para o Castelo de Ródão.

Por sugestão do filho mais novo, o castigo dela consistiu em ser precipitada pela íngreme encosta para o Tejo. Ao saber do castigo, a rainha proferiu a sua tripla maldição:

«Adeus Ródão, adeus Ródão

Cercada de muita murta

E terra de muita puta

Não terás mulheres honradas

Nem cavalos regalados

Nem padres Coroados!»

Diz-se que por onde o corpo rolou nunca mais cresceu mato.

Retirado do site www.terralusa.net

